



A TEORIA DA VERDADE EM STRAWSON*

Mauricio Beuchot**

Tradução de Itamar Luís Gelain

Doutorando em Filosofia pela UFSC

Professor no Centro Universitário – Católica de Santa Catarina/CATÓLICASC

E-mail: itamarluis@gmail.com

Revisão de Jaimir Conte

Professor do Departamento de Filosofia da UFSC

E-mail: conte@cfh.ufsc.br

Introdução

Peter Frederick Strawson dedicou notáveis esforços à relação entre linguagem, conhecimento e ser.¹ Particularmente, trabalhou acerca dessa intersecção entre eles, sobre a qual se ocupa a verdade, constituída como problema.²

Já é célebre a teoria da verdade sustentada por Strawson, chamada por alguns de “teoria performativa da verdade”³ e por outros classificada como uma

* “La teoría de la verdad en Strawson”. In: CAORSI, Carlos E. (Ed.). *Ensayos sobre Strawson*. Montevideo: Universidad de la República/Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1992, pp.7-27.

** Professor na Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM.

¹ Sobre estes distintos aspectos da filosofia de Strawson tenho escrito os seguintes artigos: M. Beuchot, *Filosofía analítica y conocimiento*, in: *Revista de Filosofía*, México, 11 (1978), pp. 289-305; Wittgenstein, Austin y Strawson sobre a ontología de los universales, in: *Revista de Filosofía*, México, 13, (1980), pp. 155-175, depois reunidos no meu livro: *El problema de los universales*, México, UNAM, 1981; Estructura y función de la metafísica en la filosofía analítica, in: *Libro Anual del ISEE*, México, 8 (1980), pp. 249-295; e in: *Filosofía analítica, filosofía tomista y metafísica*, México, UIA, 1983.

² Diretamente sobre o problema da verdade, Strawson escreveu: Truth, in: *Analysis*, 9 (1949); Truth, in: *Proceeding of the Aristotelian Society*, Supplementary Volume, 24 (1950); A Problem about Truth – A reply to Mr. Warnock, in: G. Pitcher (ed.), *Truth*, Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1964; Truth: A Reconsideration of Austin’s Views, in: *The Philosophical Quarterly*, 15 (1965); Meaning and Truth, Aula inaugural, Oxford, University Press, 1969; Knowledge and Truth, in: *Indian Philosophical Quarterly* 3-3 (1976).

³ Cfr. G. Ezorsky, *Performative Theory of Truth*, in: P. Edwards (ed.), *The Encyclopedia of Philosophy*, New York-London, Collier-macmillan, 1967, vol. 6, pp. 88-90; S. Haack, *Filosofía de las lógicas*, Madrid, Cátedra, 1982, p. 109. Ver o livro de Haack para uma exposição mais ampla das teorias da

“teoria pragmática da verdade”.⁴ E é particularmente famosa porque se opôs à teoria correspondencialista da verdade, representada nessa ocasião e neste debate por J. L. Austin. Segundo Ved Mehta, “Austin... considerava Strawson como seu rival; numa reunião da exclusiva Sociedade Aristotélica, *crème de la crème* de todas as sociedades filosóficas, Strawson havia derrotado claramente Austin numa disputa sobre a verdade; coisa que Austin jamais teria reconhecido”.⁵ Esta falta de reconhecimento por parte de Austin não se deve somente à sua teimosia, senão ao fato de que, na verdade, é difícil dizer quando se ganhou ou perdeu uma disputa filosófica. Nosso objetivo aqui não será exatamente reconstruir tal polêmica, mas destacar os pontos principais que a teoria de Strawson sobre a verdade adquiriu e fazer uma proposta de emenda ou, melhor ainda, de complementação com aspectos da teoria correspondencialista. Acreditamos que não são incompatíveis e que – obtendo cuidadosamente uma mútua integração – poder-se-á excluir os inconvenientes – como veremos – exibidos por cada uma dessas teorias separadamente.

Os sujeitos do predicado “é verdadeiro” ou os portadores de verdade

Para Strawson os portadores da verdade (se é que faz sentido dizer que se atribui a eles o predicado “é verdadeiro”) são os enunciados (*statements*) expressados pelas orações (*sentences*); estas últimas, as orações, podem ser orações-tipo (*types*) ou orações-réplica (*tokens*). O processo se dá como segue: um enunciado pode ser expresso mediante a emissão de uma oração; esta emissão é de uma oração-réplica (pois ela individualiza a oração-tipo, a qual é abstrata), pois, ela dá um “contexto histórico” ao enunciado e à oração-tipo. Portanto, é o enunciado que pode ser verdadeiro ou falso, porque a emissão faz com que o enunciado se cumpra ou não. A emissão é distinta do uso. Pode-se traçar a distinção entre ambas por meio de alguns exemplos. Dois falantes que emitem a oração “o rei da França é sábio” em pleno reinado de Luís XIV, o fazem para referir-se a um mesmo indivíduo. De acordo com Strawson, o primeiro e o segundo fizeram o *mesmo uso* da oração, mas com *emissões diferentes*. Diferentemente disto, se um falante emitisse essa oração quando reina Luís XIV e o outro quando reina Luís XV, tanto um quanto o outro fariam dois *usos distintos* da mesma oração, além de duas emissões diferentes.⁶

O surgimento da teoria performativa a partir de Ramsey

A teoria performativa da verdade, que é aquela sustentada por Strawson, começa já em seu artigo “Verdade”, de 1949. Neste artigo ele tenta oferecer uma

verdade. É chamada “teoria performativa ou realizativa da verdade” porque atende às intenções comunicativas do falante, além da formal.

⁴ Cf. J. J. Acero – E. Bustos – D. Quesada, *Introducción a la filosofía del lenguaje*, Madrid, Cátedra, 1982, p.131. É chamada “teoria pragmática da verdade” porque, além das dimensões sintática e semântica, atende à dimensão pragmática do discurso.

⁵ V. Mehta, *La mosca y el fracaso. Encuentros con intelectuales británicos*, México-Madrid-Buenos Aires, FCE, 1976, p.68.

⁶ Cfr. P. F. Strawson, Sobre el referir, in: *Ensayos lógico-lingüísticos*. Madrid, Tecnos, 1984, p.17-18.

maior elaboração à teoria da redundância de Ramsey e criticar a teoria de Tarski.⁷ Strawson crê que a tese de Ramsey é verdadeira, mas inadequada; enquanto que a de Tarski é falsa, mas importante. Expõe isso da seguinte maneira:

A primeira tese é correta ao asseverar que, dizer que um enunciado é verdadeiro, não é fazer um enunciado ulterior; mas é incorreta ao sugerir que dizer que um enunciado é verdadeiro não é fazer algo distinto de, ou adicional a, somente fazer o enunciado. A segunda tese é correta ao implicar que dizer que um enunciado é verdadeiro é fazer algo diferente de somente fazer o enunciado; mas é incorreta ao asseverar que este “algo diferente” consiste em fazer um enunciado ulterior, isto é, um enunciado sobre um enunciado. (STRAWSON, 1949, p. 84).

Strawson busca uma maneira de mostrar que a verdade não é uma propriedade metalinguística e que ela não é necessária enquanto tal para dissolver o paradoxo auto-predicativo do mentiroso.⁸ Ele termina por considerar que, da mesma forma que a expressão “se”, a expressão “é verdadeiro” não tem outro sentido senão confirmar o que é determinado. Mas, ao confirmar um enunciado, não estamos *descrevendo* algo, senão *fazendo algo*. Portanto, a expressão “é verdadeiro” não é algo constatativo, mas algo performativo, segundo a terminologia de Austin.⁹ E se a frase “é verdadeiro” não é descritiva, não pode ser um predicado de segunda ordem aplicável a enunciados de primeira ordem, isto é, não pode ser o predicado metalinguístico que Tarski pretende que seja. E assim:

[...] melhor que perguntar “qual é o critério de verdade?” é perguntar: “quais são as bases para o acordo?” – pois vemos que elas não são menos variadas que os temas sobre os que se pode alcançar uma opinião aceitável. E talvez isto nos desanime de buscar assinalar a diferença entre uma classe de enunciados e outra dizendo, por exemplo, “os enunciados éticos não são verdadeiros ou falsos”. Se é correto caracterizar o acordo ou desacordo com esses enunciados por meio das expressões “verdadeiro” ou “falso, é correto dizer que os enunciados de qualquer tipo são verdadeiros ou falsos. (STRAWSON, 1949, p. 94)

Strawson afirma que a verdade ou a frase “é verdadeiro” é uma expressão performativa (nem indicativa, nem de menção metalinguística), substituível por “Eu o confirmo” ou “Eu confirmo que...”. Ou seja, ele afirma que o uso fundamental é o performativo. E o metalinguístico não intervém nem faz falta. Para ser sincero, pergunta se na verdade este uso performativo inclui todos os usos. Por isso examina os usos da expressão. Há um uso confirmativo ou admissivo, outro concessivo, outro para indicar o acordo, e outros que ele omite por não serem tão importantes. Porém, nenhum deles, afirma, envolve o uso de “verdadeiro” como predicado metalinguístico. Por tudo isso, considera que a questão de qual é a natureza da verdade leva à de quais são os *testes* para a verdade (isto é, a evidência) e esta à

⁷ Para ambas as teorias, conferir os livros de Haack e Acero – Bustos – Quesada; E também o de M. Platts. *Ways of meaning*. London, Routledge and Kegan Paul, 19.

⁸ Não tocamos aqui sua argumentação, por ser somente tangencial ao nosso tema.

⁹ P. F. Strawson, Truth, in: *Analysis*. 9 (1949), p.93. (Strawson cita a J. L. Austin, *Other Minds*, in P.S.A. Suppl. Vol., p.169-175).

de quais são as condições da verdade.¹⁰ Condições que, supostamente, são pragmáticas e, por isso mesmo, performativas.

A polêmica com Austin

Em 1950, Strawson tem seu famoso confronto com Austin acerca da verdade. Austin havia oferecido uma versão depurada da teoria da correspondência. Strawson a resume desta forma: “Para Austin, afirmar que um enunciado é verdadeiro é afirmar que um determinado ato de fala está relacionado de uma determinada maneira convencional com algo que é exclusivo dele mesmo”.¹¹

A opinião de Strawson é que a teoria da correspondência não requer depuração, mas eliminação.

Para mostrar esta rejeição, Strawson pretende centrar-se na mesma relação de correspondência entre enunciados e fatos, começando com a noção de enunciado, passando para a de fato até chegar a de correspondência.

Austin crê que os enunciados são atos de fala. Strawson opõe-se a isto, de acordo com sua distinção entre enunciado (*statement*) e oração (*sentence*). Para Strawson o enunciado é aquilo que se diz que é verdadeiro ou falso, e o enunciado é algo distinto da oração, porque pode-se usar várias orações para fazer o mesmo enunciado. Não somente com sinônimos, mas também quando alguém diz de João “Ele está doente” e outro diz a João “Tu estás doente” e ele mesmo diz “Eu estou doente”. Aqui há várias orações (três, de fato) e somente um enunciado. Por isso o enunciado não é algo meramente episódico (como a oração), pois para que haja um enunciado não é necessário que seja emitido. Com efeito, “o fato simples e óbvio é que as expressões que aparecem como tais sujeitos gramaticais (‘o que eles disseram’, ‘... que *p*’, e assim sucessivamente) jamais representam, nestes contextos, tais atos”.¹²

Segundo Strawson, ao usar “verdadeiro” e “não verdadeiro”, não estamos falando de atos de fala, senão de enunciados. O problema da verdade é o do uso de “verdadeiro”, por isso se localiza nos enunciados, que não são atos de fala (mas algo abstrato, enquanto que as orações são as que podem ser consideradas como atos de fala).

Assim como Austin confunde enunciados com orações, também confunde fatos e coisas, porque atribui aos fatos atributos que somente podem ser atribuídos às coisas. No fundo, confunde *enunciar* (um fato) e *fazer referência* (a um objeto). Efetivamente, Austin diz que enunciar é (i) fazer referência e (ii) descrever, e que ambas as coisas são relações convencionais. A primeira e a segunda são radicalmente diferentes, e o enunciado, enquanto composto de ambas, é distinto de uma e de outra. Assim, para Austin, o enunciado tem uma parte referencial e outra descritiva.

Mas como veremos, não há, para Strawson, essa parte referencial no enunciado, algo que Austin pretende que haja, pois um fato não é referido; a referência somente é feita a um objeto. E, desse modo, não há condições para a

¹² Ibid., p. 97.

¹¹ P. F. Strawson, Verdade, in: *Ensayos lógico-lingüísticos*, op.cit., p.216.

¹² Ibid., p. 219.

verdade de um enunciado – que seria sua referência. O erro principal de Austin consiste em supor que ao usar a palavra “verdadeiro” se está afirmando que se dão as condições que devem ser dadas para poder declarar verdadeiro um enunciado. Essas condições seriam o fato, mas um fato não se dá como algo ao qual se refere o enunciado. O objeto de referência não pode ser um fato, mas uma coisa.

O que é um fato para Austin? Deliberadamente ele faz com que um fato seja um conteúdo proposicional: “Os fatos são o que os enunciados (quando verdadeiros) enunciam; não são aquilo sobre o que são os enunciados”.¹³ Mas, como observa Strawson, o que torna verdadeiro um enunciado seria somente o fato que enuncia. Contudo, não sendo um objeto, o fato que o enunciado enuncia não é algo que pertença ao mundo.

Ocorre que os fatos são diferentes dos objetos ou coisas; os fatos são o que os enunciados enunciam quando são verdadeiros; porém não são aquilo sobre o que são os enunciados. Não há a respeito dos fatos força referencial. Para mostrar que os fatos não são objetos ou coisas, Strawson afirma que os fatos não podem ser vistos, ouvidos e nem tocados, portanto, não são objetos de referência e não cabe hipostasiá-los. Hipostasiar os fatos é o que Austin indevidamente faz: ele

[...] posto que pensa nos enunciados como algo que está no mundo (um ato de fala) e nos fatos como algo que está no mundo (aquilo ao que “corresponde” ou “sobre o que é” o enunciado), concebe a distinção como de importância decisiva na filosofia, embora (surpreendentemente) suscetível de não ser tomada em consideração para propósitos ordinários. (STRAWSON, 1949, p. 223).

Tocamos aqui no ponto mais profundo e enraizado da ontologia de Strawson, a qual se tem acesso mediante a linguagem. Baseando-se em como se usa a palavra “fato” (e outros vocábulos relacionados) na linguagem ordinária, Strawson argumenta que a análise que Austin oferece não procede. Na ontologia de Strawson, “o mundo é a totalidade das coisas, não dos fatos”.¹⁴ O erro de Austin consiste em falar de fatos como se fossem coisas ou grupos de coisas.

A relação de correspondência, diz Strawson, só pode se dar entre algum tipo de expressão e algum tipo de coisas; mas não entre uma expressão (isto é, um enunciado) e um fato.¹⁵ Strawson é categórico:

O problema das teorias da verdade como correspondência, não é principalmente a tendência a substituir relações não convencionais por aquilo que é realmente uma relação completamente convencional. O que dá origem ao problema é a representação desorientadora de correspondência entre enunciado e fato *como uma relação de qualquer gênero, entre eventos, coisas ou grupo de coisas*. Os teóricos da correspondência pensam que um enunciado “descreve aquilo que o faz verdadeiro” (fato, situação, estado de coisas) da maneira como um predicado descritivo poderia ser usado para descrever, ou uma expressão referencial para fazer referência a uma coisa. (STRAWSON, 1949, p. 229).

¹³ Ibid., p.223.

¹⁴ Ibid., p.226, nota 7.

¹⁵ Ibid., p.226-227.

Strawson chama “pseudo-entidades” àquelas que tornariam verdadeiros os enunciados (isto é, os fatos) porque não figuram entre os correlatos ontológicos das correspondentes expressões linguísticas. As palavras que pretendem designar essas pseudo-entidades que resolveriam o problema da verdade como correspondência são, além de “fato”, outras como “situação” e “estado de coisas”, no entanto, elas incorporam o problema que pretendem excluir.

Diante disso, e para evitar incorporar o problema, a proposta de Strawson é a seguinte: convém colocar o problema de outra maneira. Não como a busca do que é aquilo que na relação corresponde ao linguístico, mas como um exame dos usos que recebem as palavras “verdade”, “verdadeiro” e “fato” na linguagem ordinária, no discurso natural.

Quando usamos essas palavras na vida ordinária, estamos falando dentro de, e não sobre, uma certa trama de discurso. Não estamos falando precisamente do modo como as emissões se relacionam, ou podem se relacionar convencionalmente, com o mundo. Estamos falando sobre pessoas ou coisas, mas de uma maneira como não poderíamos falar sobre elas se não se cumprissem condições de determinados gêneros. O problema que o uso da palavra “verdadeiro” coloca consiste em ver como ela se encaixa dentro da trama do discurso. O caminho mais seguro para a resposta errônea é confundir este problema com a pergunta: que tipo de discurso é este?

Neste caso se vê que Strawson está muito próximo à linha da análise da linguagem ordinária (a qual ele chama “metafísica descritiva” em vez de “metafísica revisionista”).¹⁶ E na linguagem ordinária o papel performativo do discurso é mais importante que em outros contextos (por exemplo, os formais). Por isso Strawson é tão perceptivo em relação ao aspecto performativo ou pragmático da linguagem.

Todavia, rejeitando a tese metalinguística do predicado “verdadeiro”, Strawson sustenta que dizer que uma asserção é verdadeira não é fazer nenhuma *asserção* adicional em absoluto. Por isso, ao usar “verdadeiro” e “não verdadeiro”, não estamos falando de um ato de fala. E, por conseguinte, não estamos asseverando que se dão as condições que devem ser dadas para poder declarar verdadeiro um enunciado. Consequentemente, contra o que diz Austin, não se pode apoiar com isto a verdade como correspondência.

Outra prova suplementar contra a verdade como correspondência é aquela apresentada por Strawson com base em vários tipos de enunciados aos quais ela não parece aplicar-se. Com efeito, os enunciados negativos verdadeiros parecem ser excluídos da verdade como correspondência, pois, a que correspondem? Com que estão relacionados? E o mesmo se pode dizer dos enunciados gerais e existenciais, bem como dos enunciados hipotéticos e disjuntivos.¹⁷

Assim Strawson rejeita a tese de Austin de que ao usar a palavra “verdadeiro” estamos asseverando que se dão as condições que devem ser dadas para poder declarar verdadeiro um enunciado. Mais exatamente, não se acrescenta nada a um enunciado (contra a tese metalinguística ou semântica de Tarski e a favor da tese da redundância de Ramsey) e muito menos se acrescenta que corresponda a algum

¹⁶ Cf. P. F. Strawson, *Analyse, science et métaphysique*, in: Varios, *La philosophie analytique*, Paris, Cahiers de Royaumont, 1962.

¹⁷ P. F. Strawson, *Verdad*, op. cit., pp.240-241.

fato que exista na realidade (já que os fatos não são, como os objetos, entidades reais as quais podem corresponder algum tipo de expressões linguísticas).

A resposta de Strawson à defesa de Austin feita por Warnock

G. J. Warnock saiu em defesa de Austin e opôs a Strawson a tese metalinguística. Insistia que alguém que diz que um enunciado é verdadeiro faz um enunciado sobre um enunciado. Para efeitos de argumentação se compromete a aceitar o que ele chama de “tese indiscutida” ou fora de discussão, de que ao menos uma parte do que alguém faz, quando diz que um enunciado é verdadeiro, é fazer um enunciado sobre um enunciado.

Contudo, a fim de focar a discussão, Strawson se centra na pergunta: o que se enuncia ao enunciar que um enunciado é verdadeiro? Ou seja, qual é, no fundo, o significado da palavra “verdadeiro”? Uma vez que se estabeleceu a tese indiscutida, Strawson diz que somente será aceitável uma resposta a essa pergunta se ela for compatível com essa tese. E ele argumentará contra Warnock mostrando que a aceitação da tese indiscutida não favorece o ponto de vista de Austin enquanto oposto ao ponto de vista de Ramsey. É todo um exercício de argumentação tópica (ou dialética no sentido aristotélico), onde, aceitando a premissa contrária se mostra que não se segue a conclusão desejada por ele.

Buscando um ponto de vista mais exigente para ele, Strawson começa sua argumentação generalizando a tese indiscutida de Warnock, com a seguinte formulação: “Quem quer que diga alguma coisa tal que, no curso de sua ação de dizê-lo, seja predicada a frase assertória ‘é verdadeiro’, condicionalmente ou de qualquer outra maneira, de um enunciado, está, em virtude disto, falando sobre (dizendo algo sobre) um enunciado”.¹⁸ Cabe destacar que neste caso se *diz* algo desse enunciado, embora não necessariamente se *assevera* algo sobre ele. Esta distinção tornar-se-á importante ao longo da discussão.

Porém, segundo Strawson, não é necessário que seja de enunciados: pode ser algo não dito; e por isso, pode tratar-se de uma proposição.¹⁹ Por isso pode-se reformular deste modo a generalização da tese indiscutida: “Em qualquer predicação de “é verdadeiro” se diz algo (ainda que não necessariamente se assevere algo) sobre um Enunciado (proposição)”.²⁰

Mas aquilo que recebe este predicado (“ser verdadeiro”) pode ser algo distinto de um enunciado ou uma proposição; por exemplo, pode ser uma conjectura ou um ponto de vista. Por isso a tese indiscutida precisa ser reformulada substituindo “enunciado” por cada um desses membros do conjunto dessas expressões. Strawson faz substituições, e, depois de comparar as sucessivas reformulações da tese indiscutida, diz:

Minha conclusão nesta seção é que as exigências da tese indiscutida não favorecem mais uma explicação austiniana que uma ao modo de Ramsey do sentido das predicções de “é verdadeiro”. Se isto fosse

¹⁸ P. F. Strawson, Un problema sobre la verdad, in: *Ensayos lógicos lingüísticos*, op. cit., p.245.

²⁰ Podemos distinguir *proposición* de *enunciado* dizendo que a primeira é um conteúdo proposicional entendido como uma entidade abstrata (como o *lektón* dos estóicos) e o segundo é o ato de afirmá-lo.

²¹ Quando Strawson usa “Enunciado”, assim, com letra maiúscula, é equivalente a proposição.

tudo o que pudesse ser estabelecido a partir das considerações que temos diante de nós, estas não nos dariam, desde já, nenhum fundamento para decidir entre as duas explicações. Mas isto não é assim, de modo algum. (STRAWSON, 1949, p. 260).

Haverá, pois, algo que incline a balança para a explicação austiniana ou para aquela oferecida por Ramsey.

Para ver para onde se inclina a balança, a estratégia de Strawson consiste agora em tentar mostrar as semelhanças e as diferenças da análise austiniana e da de Ramsey. Sua tese será que, o que elas têm em comum é que ambas respondem bem ao problema da verdade, e que o que Austin acrescenta responde a outro problema. Por isso esse acréscimo é irrelevante para o tema, isto é, não melhora em nada a explicação de Ramsey. Com efeito, argumenta Strawson, ambas as explicações coincidem no fato de oferecerem respostas ao que é necessário para um enunciado ser verdadeiro. Por outro lado, o que Austin assinala é uma explicação (parcial) do que é necessário para um enunciado (verdadeiro) ser um fato, e o faz recorrendo às convenções semânticas mediante as quais as expressões correspondem aos fatos. Portanto, com respeito ao que interessa para uma teoria da verdade, admitindo à tese indiscutida, ambas as teorias são apoiadas por ela e ambas são igualmente explicativas, e não é o caso que (como pretendia Warnock) a teoria austiniana seja mais explicativa que a de Ramsey. Em todo caso, acrescenta coisas que são secundárias ao uso da expressão “é verdadeiro”. Strawson se queixa, pois, por esse motivo, da tese de Ramsey e tira a seguinte lição:

Todos estes assuntos foram discutidos sob o título de *Verdade* por um filósofo e outro; e uma vez que a explicação da palavra “verdadeiro” ao modo de Ramsey é pouco atrativa, parece que de certo modo é lamentável que um título tão notável seja reservado para uma tese tão pouco interessante. Talvez seja melhor deixar que a teoria da verdade se converta, tal como tem mostrado uma tendência histórica tão pronunciada em converter-se, em uma parte de alguma teoria: da teoria do conhecimento, da mente ou do significado. (STRAWSON, 1949, p. 264).

A debilidade ontológica dos fatos

No artigo “Verdade: uma reconsideração dos pontos de vista de Austin” de 1965, Strawson volta a analisar o conceito de correspondência, junto com o de referência. Do mesmo modo, ele examina as relações entre enunciados-tipo e enunciados-réplica, definindo qual deles é o portador da verdade.

Outra vez é Warnock quem dá origem a uma revisão. Com efeito, chama a atenção uma citação (inteligente) de Warnock, na qual este autor expressa: que um *enunciado* particular se relacione com uma situação “histórica” particular não é um assunto de convenção, nem neste caso de fato, senão de lógica, uma vez que implica, principalmente, que um enunciado se identifica, em parte, por referência à situação com a que se relaciona.²¹

Strawson aceita que é incontroverso que um enunciado histórico corresponda a uma situação histórica. Mas crê que “situação histórica” deve ser entendida de maneira ampla: “Pode admitir-se que os enunciados de uma generalidade

²² P. F. Strawson, *Verdad: una reconsideración de los puntos de vista de Austin*, *ibid.*, p.266.

totalmente irrestrita estão fora da classe dos enunciados históricos, mas todos os demais enunciados que são empiricamente confirmados ou falseados estão dentro dela”.²²

Na realidade, os enunciados gerais não se referem a um só fato, e para falar de sua verdade é preciso colocar o problema de sua referência e de sua verificação ou correspondência com os fatos.

Assim como em sua polêmica anterior com Warnock, Strawson aceitava uma tese incontroversa, agora aceita duas: i) que ao fazer enunciados se usam dos tipos de convenções semânticas: demonstrativas e descritivas; e ii) que “um enunciado histórico é verdadeiro se e somente se, de fato, se dá a situação histórica particular que ao proferi-lo se enuncia que se dá”.²³ E Strawson argumenta que Austin não consegue integrar essas duas coisas incontroversas em suas formulações.

Em todo caso, a referência dos enunciados aos fatos é problemática e, por conseguinte, o é também a caracterização da verdade como a correspondência dos enunciados com os fatos. Uma das dificuldades com a qual se depara esta teoria é que vários enunciados podem referir-se a um mesmo fato particular, por exemplo, “o gato está sobre o tapete” e “o gato está comendo o tapete”. Qual enunciado corresponde a este fato? Finalmente, como conectar enunciados e fatos? Como distinguir os fatos ou situações entre si? Ou seja, como identificamos (ou individualizamos) fatos ou situações?

Strawson percebe que há problemas para identificar fatos. Por exemplo, assume que vários enunciados podem referir-se a um mesmo fato. E que o princípio identificador é a soma ou combinação de todas as referências indicadoras ou definidas a objetos no espaço-tempo. Mas, há resultados indesejáveis: “João jantou com Maria um dia do mês passado” e “João jogou tênis com Maria um dia do mês passado”, se fazem referência às mesmas pessoas e ao mesmo dia, fazem referência a uma e a mesma situação.

A pragmática do significado e da verdade

Esta dificuldade de identificar os fatos e relacioná-los com os enunciados volta a ser apresentado por Strawson em “Significado e Verdade” de 1969. Porém ele retoma o assunto a partir da própria teoria da linguagem. Pode-se falar dos teóricos da linguagem: os teóricos da semântica formal e os teóricos da comunicação intencional. Os primeiros somente abordam a verdade de uma linguagem dada. Mas isso equivale a não encarar o problema filosófico da verdade em geral, o qual é, em compensação, abordado pelos teóricos da comunicação intencional.

Strawson pensa que, ainda quando seja muito pouco o que se pode dizer acerca da verdade *em geral*, é preciso dizê-lo. Por exemplo, pode-se pelo menos dizer sobre a verdade esta generalidade incontroversa: “Alguém que faz um enunciado ou asserção faz um enunciado verdadeiro se e somente se as coisas são, ao fazer o enunciado, como ele enuncia que são”.²⁴ E Strawson acrescenta – e

²³ Ibid., p.267.

²⁴ Ibid., p.268.

²⁴ P. F. Strawson, Significado y Verdad, in: *Ensayos lógicos-lingüísticos*, op. cit., p.206.

defenderá – que não se pode elucidar a noção de fazer um enunciado ou uma asserção senão em termos de intenção dirigida a uma audiência, com a qual entram as considerações intencionais dos atos de fala e a dimensão performativa ou pragmática, além da sintática e a semântica.

E não é possível evitar esta dimensão pragmática refugiando-se na (somente) semântica. Com efeito, centrar-se e fixar-se na noção de correlação (entre enunciados e fatos) não ajuda muito para resolver o problema da verdade (isto é, caracterizando a verdade pura e simplesmente como correspondência), pois várias orações, não somente distintas senão inclusive opostas, estão correlacionadas – de uma e outra maneira – com o mesmo estado de coisas possíveis. Além disso, “uma e a mesma oração não ambígua está correlacionada, de uma maneira e outra, com muitos estados de coisas diferentes e em alguns casos mutuamente incompatíveis”.²⁵ Esta falta de clareza na correlação precisa ser corrigida pelas considerações contextuais e pragmáticas.

Para estabelecer uma teoria do significado das orações, é preciso aludir à noção de condições de verdade e parece que não se pode evitar uma explicação dessa noção que não inclua referência essencial a atos de fala comunicativos, isto é, à intenção comunicativa, à dimensão pragmática ou performativa. Com efeito,

[...] é uma coisa inofensiva e saudável dizer que conhecer o significado de uma oração é saber sob que condições aquele que a emite diz algo verdadeiro. Mas, se desejamos uma elucidação filosófica do conceito de significado, então o *dictum* representa não o final, senão o começo de nossa tarefa. Simplesmente restringe, e muda de lugar o nosso problema, forçando-nos a indagar o que é que contém a frase “diz algo verdadeiro”. [...] Porém, quando tentamos explicar o que é dizer algo verdadeiro, expressar uma proposição verdadeira, é iniludível a referência à crença ou à asserção (e, por meio disso, à crença). Então podemos nos aventurar inofensivamente: alguém diz algo verdadeiro se as coisas são como ele diz que são. Mas este “diz” tem já a força de “assevera”? Ou para evitar o “diz” que equivale a “assevera”, podemos nos aventurar inofensivamente: alguém propõe, de uma maneira ou de outra, uma proposição verdadeira se as coisas são tais como alguém acreditasse no que este propõe, acreditaria por este meio que elas são. E aqui a referência à crença é explícita. (STRAWSON, 1949, p. 214-215).

E assim, se conecta com o conceito de intenção comunicativa (de crenças), isto é, com o aspecto performativo, intencional e pragmático da linguagem ao tratar do problema da verdade.

Observações críticas

As objeções de Strawson à teoria correspondencialista da verdade, neste caso representada por Austin, não parecem ser conclusivas, por alguns defeitos que exibem. Um deles se vê num argumento que Strawson dá muita importância e que tem a ver com a análise da mesma relação de *correspondência*. Strawson diz que a relação de correspondência só pode dar-se entre uma expressão e um objeto, não

²⁵ Ibid., p.207.

entre uma expressão (em nosso caso um enunciado) e um fato. Mas esta tese me parece insuficientemente justificada. Strawson aduz como razões que a noção de correspondência se aplica a objetos e não a fatos, porque implica o referir, e pode referir-se a um objeto, não a um fato. A razão disso, segundo ele, é que os objetos são fortes ontologicamente, enquanto que os fatos não são, e que convertê-los em fins de uma referência é hipostasiá-los. Mas aqui Strawson está fazendo um uso muito arbitrário e pessoal de “referir” e de “corresponder”, uma vez que define “*fato*” de tal modo que já de antemão não será possível que uma expressão o refira ou o corresponda. E disse tomá-lo dos usos ordinários da palavra. Contudo, há usos ordinários que legitimariam que certas expressões correspondessem a fatos. E não se trata de fazer os fatos “ontologicamente fortes” para que possam ser correlatos da relação de correspondência. Há um problema ontológico aqui. Não se faz justiça à linguagem ordinária numa metafísica descritiva que pretende ajustar-se a ela. A linguagem ordinária fala da verdade correspondencialista como uma intuição básica que não é recolhida pela metafísica descritiva da mesma. Expressões como: “É verdade que o gato está sobre o tapete” ou “‘O gato está sobre o tapete’ é verdade” teriam que levar a metafísica descritiva a incluir a teoria correspondencialista da verdade (talvez junto com a coerentista e a pragmática, modificando-se uma a outra). Tentaremos resolver, pois, ainda que seja de maneira muito breve, este problema ontológico.

Parece muito arbitrário delimitar ou decidir que os objetos são reais e que os fatos não são reais porque cada um deles não é um objeto. Porém, os fatos são configurações de objetos – ou objetos em configuração – e, por transitividade, se os objetos são reais, os fatos nos quais se configuram são também reais. Os fatos, então, são relações de objetos, estruturas de objetos, conformações ou configurações de objetos ou de coisas, em outras palavras, são “estados de coisas”. Porém, deixa de ser real a relação que se dá entre objetos, por não ser ela mesma um objeto (senão um fato)? Estamos aqui diante do problema ontológico das relações. Pode-se dar uma interpretação nominalista delas (como a que Strawson oferece) e declará-las irrealis porque não se podem ver e tocar como os objetos que relacionam. Mas também é defensável uma interpretação realista (ontológica), a qual teria duas modalidades: a platônica e a aristotélica. A teoria platônica dirá que as relações existem *independentemente* dos objetos que relacionam. A teoria aristotélica dirá que as relações só existem *nos objetos e em virtude* dos objetos que relacionam. Numa interpretação realista uma expressão pode *corresponder ou referir-se* a um fato, pois nessa interpretação os fatos são tão reais como os objetos, de modo que se tem sentido falar de correspondência das expressões com os objetos – como admite Strawson – também tem sentido falar de correspondência entre expressões e fatos. Certamente a teoria platônica é mais simples, pois nela as relações – enquanto universais – têm inclusive mais realidade que os objetos,²⁶ mas têm inconvenientes que eu desejaria evitar. Por isso me parece preferível a interpretação aristotélica das relações, como existentes *entre e em virtude* dos objetos (excluindo os inconvenientes do realismo platônico, que são mais que os inconvenientes do realismo aristotélico, em todo caso).²⁷ Strawson tem, assim, que

²⁷ Cf. H. N. Castañeda, *La teoría de Platón sobre las formas, las relaciones y los particulares en el Fedón*, México: UNAM, 1976, pp.53-56.

²⁸ Falei dos inconvenientes do platonismo no meu livro: *El problema de los universales*, já citado na nota 1.

legitimar sua preferência pelos objetos e sua rejeição dos fatos como entidades “ontologicamente fortes”, já que se pode argumentar que ambas são entidades reais, embora distintas e com diversos graus de “força ontológica”.

Esta tem sido a dificuldade ontológica que eu desejava apresentar a Strawson, já que afeta profundamente a sua filosofia da linguagem. Porém, há outra dificuldade que tange diretamente à semântica e que reforça a teoria da correspondência assinalando uma dissonância entre a teoria da verdade e a teoria da linguagem que sustenta Strawson. Com efeito, Aloysius P. Martinich assinala que Strawson tem uma teoria correspondencialista da linguagem e, se isto é assim, parece-me que o próprio Strawson estaria dando espaço para uma teoria também correspondencialista da verdade (além, da pragmática-performativa). Com efeito, uma teoria correspondencialista do significado, sobretudo no que diz respeito aos enunciados, abre a porta para uma teoria correspondencialista da verdade, ou, pelo menos, não a exclui. Nesse sentido, Strawson teria que admitir a teoria correspondencialista da verdade e depois torná-la compatível com a teoria pragmática-performativa. Vejamos como Martinich tenta mostrar que Strawson aceita uma teoria correspondencialista da linguagem.

Segundo Martinich, a teoria correspondencialista da linguagem possui essas quatro proposições:

C1. A linguagem é uma coisa, o mundo é outra.

C2. Pelo menos alguns dos elementos da linguagem estão correlacionados com alguns objetos do mundo.

C3. A estrutura básica da linguagem deve ser similar à estrutura básica do mundo.

C4. A relação entre palavras e mundo é convencional.²⁸

Strawson aceita C1 e C2 ao aceitar de Austin que “deve haver convenções que correlacionam as palavras de nossa linguagem com o que se encontra no mundo”.²⁹ Inclusive chega a dizer que “para que o enunciado de B seja verdadeiro, é necessário, desde já, que as palavras usadas por A ao fazer o enunciado estejam numa determinada relação convencional (semântica) com o mundo. E que as ‘regras linguísticas’ subjacentes a esta relação sejam as regras observadas tanto por A como por B”.³⁰ Strawson também admite C3 ao admitir que existem dois tipos de convenções linguísticas correspondentes a duas relações semânticas entre as expressões e o mundo: descritivas e referenciais.³¹ Além disso, Strawson abraça C4 ao dizer que “um enunciado é verdadeiro quando há uma ... determinada relação ‘puramente convencional’ entre as palavras e o mundo”.³²

Martinich cita outras passagens das obras de Strawson apoiando sua tese de que ele aceita a teoria correspondencialista da linguagem. Todavia, se isso é certo,

²⁹ A. P. Martinich, Austin, Strawson and the Correspondence Theory of Language, in: *Crítica*, IX-26 (1977), p.39.

²⁹ P. F. Strawson, Verdade, op.cit., p.227.

³¹ Ibid., p.230.

³¹ Ibid., pp.220 e ss; P. F. Strawson, Reconsideración de los puntos de vista de Austin, op.cit., p.272

³³ P. F. Strawson, Un problema sobre la verdad, op.cit., p.263.

não se vê muito claramente como Strawson pode evitar uma teoria também correspondencialista da verdade, que está implicada na teoria correspondencialista da linguagem; ou, pelo menos, não a exclui. Desta forma, haveria uma maneira de compatibilizar (ou, pelo menos, pressupor) a teoria correspondencialista da verdade com a teoria pragmática-performativa de Strawson. E então ele não poderia rejeitar a teoria correspondencialista da verdade, mas esta poderia coexistir com a teoria performativa ou inclusive integrarem-se ambas numa teoria “pragmática” mais ampla (ou correspondencialista-pragmática). Parece-me que esta seria uma postura mais ampla e completa.

Além disso, há um argumento que me parece muito forte para mostrar que Strawson não elimina de seu sistema certos traços e pressupostos fundamentais da teoria correspondencialista da verdade. Fernando Inciarte Armiñan apresenta isso do seguinte modo:

Sob a forma de uma – assim chamada – condição de existência, condição segundo a qual, aquilo do que se fala – seja neve, grama ou o que quer que seja –, tem que existir realmente para que a afirmação ou uso assertivo das frases enunciativas e das proposições em questão possa ser verdadeiro, a ideia da concordância com a realidade continua viva na teoria da redundância de Strawson, se não como parte integrante do conceito de verdade, como era ainda no caso de Tarski-Davidson, como pressuposto necessário. (ARMIÑÁN, 1974, p. 69).³³

Isso se relaciona com a impossibilidade que assinalamos em Strawson de não descartar – segundo Martinich – a teoria correspondencialista ou referencial do significado em sua explicação da linguagem. Como explica Wenceslao J. González Fernández: “tal condição de existência diz respeito à parte referencial do enunciado, pois é aquela que se relaciona com os elementos do mundo, de modo que se a referência é correta não teríamos um enunciado verdadeiro”. (FERNANDÉZ, 1938, p. 132)³⁴

³³ F. Inciarte Armiñán, El problema de la verdad en la filosofía actual: verdad y sentido, in: *El reto del positivismo lógico*, Madrid: Rialp, 1974.

³⁴ W. J. González Fernández, Significado y verdad en P. F. Strawson. In: *Anuario Filosófico* de la Universidad de Navarra, 16-2 (1983).